



CONGRESSO NACIONAL

MPV 581

00011

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

|   |                          |           |        |        |
|---|--------------------------|-----------|--------|--------|
| Data<br>26/09/2012  | Medida Provisória nº 581 |           |        |        |
| Autor<br><b>Senador Gim Argello (PTB/DF)</b>  | Nº do Prontuário         |           |        |        |
| 1. <u>Supressiva</u> 2. <u>Substitutiva</u> 3. <u>Modificativa</u> 4. <u>x</u> <u>Aditiva</u> 5. <u>Substitutivo Global</u> |                          |           |        |        |
| Página  | Artigo                   | Parágrafo | Inciso | Alinea |

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O art. 14 da Medida Provisória nº 581, de 20 de setembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 14** Ficam revogados:

I - o parágrafo único do art. 6º-A da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001.

II - o § 3º do art. 1º da Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2011.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Constituição Federal, por meio da Emenda Constitucional nº 19/1998, criou o Fundo Constitucional do Distrito Federal, para custear as despesas com as Polícias Civil e Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e, ao mesmo tempo, prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio:

**Art. 21.** Compete à União:

XIV - organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio;

A Lei 10.633/2002, ao regulamentar o Fundo Constitucional do Distrito Federal, determinou em seu art. 4º, que os recursos desse Fundo devem ser entregues ao GDF.

No entanto, o § 3º do art. 1º dessa mesma Lei determinou que as folhas de pagamento das polícias do DF seja feito com recursos do Tesouro Nacional:

**Art. 1º.** .....

§ 3º As folhas de pagamentos da polícia civil, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, custeadas com recursos do Tesouro Nacional, deverão ser processadas através do sistema de administração

Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas  
Recebido em 26/09/2012, às 16:50  
Rodrigo Bedritschuk - Mat. 220842

66  
mp  
7

de recursos humanos do Governo Federal, no prazo máximo de cento e oitenta dias, contado a partir da publicação desta Lei, sob pena de suspensão imediata da liberação dos recursos financeiros correspondentes.

No entanto, esses órgãos são custeados com recursos do Fundo Constitucional, conforme estabelece o art. 1º. A revogação desse § 3º do art. 1º torna o texto da Lei sem a incoerência apontada.

Por essas razões, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente Emenda.

Sala das Sessões,

PARLAMENTAR

Senador Gim Argello (PTB/DF)

